

Travessia da crise

Rogério L. Furquim Werneck*

Como em tantas outras vezes nos últimos 20 anos, o País está de novo às voltas com grave crise política, na esteira de denúncias e escândalos envolvendo tanto o governo como o Congresso Nacional. Não é crise que se possa dissipar de repente, como por encanto. É bem possível que, por um bom tempo, deixe o Congresso paralisado e o Executivo, atarantado. E que imponha danos políticos consideráveis ao governo e à imagem do Parlamento. Não é surpreendente, portanto, que haja preocupação com a possibilidade de que o desdobramento da crise afete a condução da política econômica e o desempenho da economia. É pouco provável que a política econômica possa permanecer simplesmente imutável em meio a crise tão séria. O que não se sabe ainda é que forma assumirá a complexa interação da crise com a política econômica que deverá ser observada nos próximos meses.

O que mais se teme, claro, é um cenário de ruptura, em que o governo deliberadamente abandone a linha de coerência da política econômica para tentar reduzir a gravidade da crise, atenuar seus efeitos ou abreviar sua duração. As pressões nesse sentido podem tornar-se avassaladoras. A oposição à política econômica, dentro e fora do governo, pode ter ficado mais dissimulada, mas jamais perdeu tenacidade. Não são poucos os que agora percebem a crise como oportunidade de ouro para o governo alegar motivo de força maior e se livrar de vez dos rigores do doutor Palocci. Se a isso se adiciona o clima de alarme que vem vivendo o Planalto, tem-se quadro propício a desatinos de toda ordem.

Na semana passada, houve quem defendesse em Brasília, como parte de um pacote de bondades, até anúncio da possibilidade de dedução, na declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física, de despesas com empregados domésticos que tenham carteira assinada. O que dá bem idéia do populismo destrambelhado com que poderá ter de lidar o ministro da Fazenda para manter a política econômica nos trilhos nos próximos meses.

Mesmo que de início tal desafio seja enfrentado com sucesso, é perfeitamente possível que a condução da política econômica acabe sendo afetada pela via mais lenta do desgaste e da fadiga. Uma crise prolongada, que fragilize o governo e comprometa seu apoio parlamentar, poderá tornar cada vez mais problemática a sustentação de uma política macroeconômica coerente. Esse formato de interação da crise com a condução da política econômica configura cenário de erosão mais lenta que, a esta altura pelo menos, soa mais provável do que o primeiro. E, por isso mesmo, mais preocupante.

No leque de possibilidades, pode-se ainda contemplar uma terceira forma de interação da crise com a política econômica, na qual o governo tenta fazer da política econômica a cidadela de sua resistência à crise. E, em vez de procurar conter danos políticos com liberalidades populistas, opte por fortalecer os fundamentos da política macroeconômica e preservar o que de melhor lhe resta para exhibir ao final de 2006. Especialmente agora, quando, enfim, tem pela frente a possibilidade de colher os frutos da distensão da política monetária que deverá ter lugar nos próximos meses. A verdade, contudo, é que, por enquanto, esse cenário mais favorável ainda não parece ser o mais provável.

É muito cedo ainda para se prever que padrão de interação da crise com a política econômica acabará prevalecendo em diferentes momentos da crise. Pode ser que a política econômica resista por alguns meses e afinal desande em tentativa desesperada de superação da crise com medidas populistas, ao sabor do cálculo político imediatista dos que se vêem mais ameaçados, dentro do governo.

O certo é que há uma longa travessia pela frente. E que é importante que prevaleça no governo a idéia de que a condução da política econômica deve ser preservada a todo custo. A esta altura, seria completamente ingênuo supor que, do pandemônio que se estabeleceu no Congresso, possa surgir apoio suprapartidário a uma iniciativa de preservação da política econômica. Mas talvez não seja demais esperar que pelo menos os segmentos mais responsáveis da oposição se mostrem mais conseqüentes, e não percam de vista a necessidade de manter a política macroeconômica em boa rota, em meio à borrasca política que se abateu sobre o governo.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.